

Capital privado é essencial ao financiamento climático¹

Nove meses após o fim da COP29, a Conferência do Clima realizada em Baku, no Azerbaijão, os piores temores estão se confirmando. A chamada COP das Finanças fracassou em um de seus principais objetivos: conseguir que as nações comprometam recursos para o financiamento climático à altura dos desafios que já estão sendo colocados.

No seu encerramento, a COP29 fechou o acordo em que os países ricos aceitaram repassar para as nações em desenvolvimento US\$ 300 bilhões por ano até 2035 para enfrentar os problemas climáticos. O valor ficou acima dos US\$ 250 bilhões que constavam de rascunho inicial, mas muito abaixo do US\$ 1,3 trilhão considerado necessário por ambientalistas e cientistas para lidar com os eventos climáticos extremos que assolam o planeta.

Na realidade, os US\$ 300 bilhões não saíram do papel assim como os valores prometidos em outras COPs. O tema será tratado em um relatório dos presidentes da COP29, Mukhtar Babaiev, e da COP30, o brasileiro André Corrêa do Lago, a ser apresentado em outubro. A promessa é ter um relatório minucioso sobre o caminho para o mundo chegar a US\$ 1,3 trilhão. Embora o dinheiro para combater o aquecimento global não conste da agenda oficial da COP30, é praticamente consenso que a reunião de Belém não poderá virar as costas para o desafio de avançar na solução desse problema, que está desviando a atenção de outros assuntos igualmente importantes.

O atual contexto geopolítico confirmou as expectativas pessimistas que emergiram durante a COP29. Se Washington, mesmo sob a direção do democrata Joe Biden, não estava colaborando com o financiamento climático por restrições orçamentárias, não se poderia esperar que o presidente republicano Donald Trump, um negacionista, sequer se comprometesse em ajudar.

A China, maior emissora atual dos gases de efeito estufa, manifesta boa vontade, mas se alinha entre as nações em desenvolvimento e defende que sobre os países ricos recaia a maior carga financeira. A União Europeia não quer carregar o fardo sozinha e está mais preocupada com a segurança regional. Em 2024, o mundo destinou US\$ 2,7 trilhões a armamentos, o dobro do que se deseja para combater o aquecimento global.

Do terceiro seminário do projeto “COP30 Amazônia”, iniciativa dos jornais **Valor** e “O Globo” e da rádio CBN, várias propostas e experiências emergiram. Uma das principais conclusões é a necessidade de participação do setor privado para reunir os recursos necessários.

Para atrair a iniciativa privada, um dos fatores é a escala dos projetos, segundo a International Finance Corporation (IFC), ligada ao Banco Mundial. A IFC participa de um programa de financiamento para agricultura sustentável e de emissões de títulos para

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniaocoluna/capital-privado-e-essencial-ao-financiamento-climatico.ghtml>

Acessado em 25.08.2025

financiar a preservação da biodiversidade na Colômbia, mas que são considerados pequenos pelo investidor privado. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem programas de troca de dívida por projetos verdes, e contratos com cláusulas que permitem a suspensão dos pagamentos na ocorrência de eventos climáticos.

Dois programas do BID desenhados para atrair o capital privado estão em discussão para serem levadas a Belém. Um deles é o Reinveste Mais, que prevê a compra de carteiras de projetos verdes existentes e reestruturação, com inclusão de garantias. O outro é o Colabora, que busca atrair investidores de private equity, mais dispostos a riscos.

Em linha semelhante, o governo brasileiro lançou no ano passado o Eco Invest, para levantar capital privado para projetos sustentáveis, comparado a uma Parceria Público-Privada (PPP) entre o governo e o setor financeiro. O Eco Invest já movimentou R\$ 24,1 bilhões em dois leilões e tem outros dois programados até a COP30. Os primeiros foram mais tradicionais, e a intenção, agora, é atrair o private equity e oferecer proteção cambial para o capital estrangeiro. O desenvolvimento do mercado de carbono é outro canal.

Em artigo no **Valor** (1/8) em que apontam o mercado de capitais como financiador da descarbonização, Leonardo Pereira, ex-presidente da CVM, e Caio de Oliveira, analista sênior na OCDE, trazem números que mostram a insuficiência dos recursos públicos para financiar a transição energética. Estudo da OCDE concluiu que se contar apenas com recursos públicos, a China conseguirá se adequar ao Acordo de Paris até 2028. Já as economias avançadas só atingiriam esse objetivo em 2041; e os países em desenvolvimento, em 2050.

A participação de bancos de desenvolvimento e a formulação de programas de governo podem abrir caminho para a participação do capital financeiro e do mercado de capitais no investimento ainda dos projetos ambientais. Para isso é primordial é a existência de um arcabouço regulatório que dê segurança ao investidor, com riscos e prazos adequados, garantias de rastreabilidade da produção para evitar a destruição de biomas e, primordial, um ambiente macroeconômico favorável.